



PROPOSTA

Assunto: Submeter a autorização da Assembleia Municipal a proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para admissão de dois (2) trabalhadores da categoria de Técnico Superior (um na área de tecnologias de informação para o Serviço Administrativo e Financeiro; um para a área de economia para a Divisão de Obras e Serviços Municipais), com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Considerando que:

- I. O Município de Paredes de Coura, na concretização das políticas públicas no domínio da modernização e simplificação administrativas, traduzidas em diversa legislação com vastos efeitos a nível autárquico ("Licenciamento Zero"), aderiu aos princípios da prestação digital de serviços públicos e do balcão único eletrónico ("Balcão do Empreendedor"), cujas funcionalidades exigem intenso apoio técnico;
- II. A implementação do Balcão Único, integrado no Serviço Administrativo e Financeiro deste Município, se enquadra num novo paradigma, permitindo a prestação de serviços num único local (físico ou virtual), e preferencialmente num mesmo momento, abarcando assim os conceitos de balcão multi-serviços e balcão integrado, que pressupõe a utilização de uma plataforma comum de prestação de serviços e informações, bem como de uma plataforma de gestão de conhecimento, que permita a sua permanente atualização e disponibilização em múltiplos canais;
- III. O bom sucesso desta medida exige uma atualização constante dos procedimentos a adotar, procurando sempre a modernização dos serviços e a desmaterialização burocrática dos procedimentos;



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

IV. A carência de pessoal qualificado para fazer face a estes novos desafios - quer na colaboração com a AMA, Agência para a Modernização Administrativa, como na adaptação, atualização e normalização de formulários e modelos de requerimentos, na articulação com os sistemas de gestão documental existentes, no apoio à área informática, etc. -, que acrescem ao extenso conjunto de competências já atribuídas ao Serviço Administrativo e Financeiro do Município (doravante DAF), impõe a afetação de um trabalhador qualificado na área das tecnologias de informação;

V. Por outro lado, o reforço do controlo orçamental propugnado por sucessivas iniciativas legislativas, que igualmente consagraram novas obrigações de prestação de informação periódica (designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), contribuíram para um acentuado acréscimo de funções na área económica que está integrada na Divisão de Obras e Serviços Municipais (doravante DOSM);

VI. Acresce ainda nesta área a gestão dos projetos cofinanciados, cujas regras se vêm tornando cada vez mais exigentes, à medida que o aumenta o rigor na atribuição e controlo da aplicação dos fundos, impondo não só a minuciosa elaboração da candidatura como também o diligente e permanente acompanhamento ao longo de toda a execução do projeto (prazos, pedidos de pagamento, etc.);

VII. Não são de ignorar as dificuldades manifestadas nesse domínio da DOSM, sendo necessária a afetação de um trabalhador qualificado na área de economia;

VIII. Analisada a evolução dos trabalhadores do Município de Paredes de Coura desde o ano de 2008 até ao ano de 2014, constata-se uma acentuada redução, por diversos fatores, designadamente, por aposentação, falecimento e caducidade de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo;

IX. Efetivamente, a 31 de dezembro de 2008 foram contabilizados 145 trabalhadores (excluído o pessoal afeto a atividades objeto de transferência de competências – educação), verificando-se a 31 de outubro de 2014 somente 114, o que denota uma redução de 24,37%;

X. O último recrutamento de trabalhador para a Divisão Administrativa e Financeira ocorreu no ano de 2008;



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

XI. O último recrutamento de trabalhador para a área de financiamentos e contratação pública da DOSM ocorreu no ano de 2009;

XII. De acordo com o previsto no n.º 1 do 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2004, de 20 de junho (retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto), os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

XIII. Atenta a evolução de recursos humanos nestas duas áreas de atividade, resulta evidente a necessidade de proceder ao recrutamento de trabalhadores que permita colmatar as carências existentes;

XIV. As referidas carências configuram necessidades permanentes de pessoal que justificam a autorização de abertura de dois procedimentos concursais para preenchimento de postos de trabalho vagos, com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado;

XV. A Lei n.º 84-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 determina, no seu artigo 64.º, n.º 2, os requisitos para a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido;

XVI. Tal norma apenas é aplicável aos municípios abrangidos pelo n.º 2 do artigo 62.º do mesmo diploma, ou seja, àqueles que não se encontrem em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (por força do n.º 1 do artigo 62.º da LOE2015), os quais estão impedidos de aumentar a despesa com pessoal;

XVII. O Município de Paredes de Coura não se encontra em situação de saneamento ou rutura financeira, como se constata no documento 1 que se junta e que permite concluir que:

- a dívida total em 31/12/2014 é inferior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (alínea a) do n.º 1 do artigo 58.º e artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- o montante da dívida, excluindo empréstimos, é inferior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (alínea b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

XVIII. Fica, assim demonstrado que o Município de Paredes de Coura se encontra abrangido pelo n.º 2 do artigo 62.º da LOE2015 e portanto pelo disposto no artigo 64.º do mesmo diploma;

XIX. Deste modo, o Município de Paredes de Coura apenas está impedido de aumentar, em 2015, a despesa com pessoal;

XX. No ano de 2014, aposentaram-se quatro trabalhadores deste Município;

XXI. A saída desses trabalhadores representa uma diminuição real da despesa com salários, de cerca de 43 600 euros, como se demonstra no documento 2 que se junta;

XXII. Esse valor permite a admissão de novos trabalhadores em 2015, sem aumento de despesa relativamente ao ano anterior;

XXIII. Face a essas saídas, a despesa assumida com a contratação de dois técnicos superiores não representa aumento de despesa com pessoal, como se demonstra em anexo (doc.2), cumprindo-se assim o requisito imposto pelo n.º 2 do artigo 62.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015;

XXIV. O Município cumpriu em 2014 o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 13/2014, de 14 de março, e 75-A/2014, de 30 de setembro – redução mínima de 2% do número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013 - , como se demonstra no documento 3 em anexo;

XXV. De facto, no ano de 2014 esta Autarquia reduziu em 3,39% o número de trabalhadores relativamente ao existente a 31 de dezembro de 2013, tendo assim dado cumprimento à redução de pessoal imposta pelo n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 83-C/2013, o que se invoca para efeitos do n.º 3 do artigo 62.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015;

XXVI. Por sua vez, o montante das despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares em 2014 não foi inferior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

três anos, como resulta do documento 3 que se junta, pelo que o Município não dispõe de margem disponível para aumento dessas despesas em 2015, por força do estatuído no n.º 4 do artigo 62.º da LOE2015;

XXVII. como acima se demonstrou no ponto XXI, a contratação de dois técnicos superiores não implica aumento de despesa em relação ao ano de 2014, dada a saída de quatro trabalhadores;

XXVIII. O requisito previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 47.º, aplicável por força do n.º 2 do citado artigo 64.º, ambos da Lei do Orçamento de Estado para 2015, impõe que se demonstre a “impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade”;

XXIX. De acordo com o determinado no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro (que veio estabelecer o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas) nenhum dos órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação fixado no seu artigo 3.º, nos quais se incluem os serviços da administração autárquica, pode iniciar procedimento para recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para os postos de trabalho em causa;

XXX. O procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação se encontra regulamentado, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, segundo a qual, previamente ao início do processo de recrutamento, o dirigente máximo do órgão ou serviço tem de solicitar à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto entidade gestora do sistema de requalificação, a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas;

XXXI. A matéria respeitante à consulta ao INA, por parte das autarquias locais, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direção-Geral



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cujas conclusões foram homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local em 17 de julho de 2014;

XXXII. A Direção-Geral das Autarquias Locais emitiu a solução interpretativa uniforme de que as autarquias locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, porquanto o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, prevê, na alínea c) do seu artigo 3.º, a sua aplicação aos serviços da administração autárquica nos termos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o qual determina, no seu artigo 16.º, que, na administração autárquica, o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação compete a uma entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA) relativamente aos respetivos processos de reorganização de trabalhadores, a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal e que o âmbito de aplicação dos procedimentos previstos no regime de requalificação é o da área da entidade intermunicipal, sendo as autarquias locais, nos termos do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento;

XXXIII. A administração local não é obrigada a consultar o INA e que ainda não se encontram constituídas as EGRA, entende-se que o cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, na parte em que exige a demonstração da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação, não é exigível;

XXXIV. Aquando da fase de recrutamento, no âmbito de um procedimento concursal, tem de ser respeitada a ordem de prioridades estabelecida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e pelo n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 84-B/2014, dos quais resulta que os postos de trabalho terão de ser preenchidos em 1.º lugar pelos candidatos aprovados colocados em situação de requalificação, em 2.º lugar e esgotados estes, pelos candidatos aprovados detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, e somente no final, caso aqueles candidatos não sejam suficientes para preencher os postos de trabalho necessários, pelos candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público;



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

XXXV. Não obstante vigorar presentemente na Administração Pública a regra de que todo e qualquer procedimento concursal deverá sempre dirigir-se, em primeira linha, aos trabalhadores em funções públicas, entende-se que, atentas as prioridades legais de recrutamento a observar no âmbito de um procedimento concursal destinado a todos os indivíduos, não fica prejudicado o requisito estabelecido na primeira parte da alínea b) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 84-B/2014, uma vez que o recrutamento obedecerá à ordenação estabelecida no artigo 48.º da LOE2015 (ou seja, inicia-se sempre por candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida);

XXXVI. O requisito previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 84-B/2014 obriga ao “cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro”, diploma que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE);

XXXVII. As entidades públicas que integram a administração autárquica procedem ao carregamento e atualização dos dados respeitantes à sua caracterização e dos seus recursos humanos no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), criado junto da Direcção-Geral das Autarquias Locais, competindo a esta entidade a integração daqueles dados no SIOE, conforme estipulado nos n.os 1 e 2 do artigo 8.º da Lei n.º 57/2011;

XXXVIII. Os Recursos Humanos procederam, em 9 e 12 de janeiro do presente ano, ao carregamento, no SIIAL, dos dados enunciados no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 57/2011, relativos à caracterização dos recursos humanos desta Edilidade e reportados ao 4.º trimestre do ano de 2014 e ao 2.º semestre do mesmo ano, conforme determinado nos n.os 2 e 3 do referido artigo 6.º, razão pela qual se constata o cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos naquele diploma legal por este Município;

XXXIX. O requisito previsto na alínea a) do n.º 2 do citado artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 exige que seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

XL. Conforme acima evidenciado nos considerandos I a VII, o Município de Paredes de Coura encontra-se vinculado ao cumprimento das suas obrigações de prestação de serviço público,



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

existindo presentemente uma real e significa carência de pessoal nestas duas áreas de atividade, decorrente do decréscimo acentuado do número de trabalhadores que se tem vindo a verificar desde há algum tempo, que impede o cabal cumprimento das obrigações existentes nestas matérias, pelo que se encontra demonstrada a imprescindibilidade do recrutamento exigida na mencionada alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º;

XLII. Encontra-se satisfeita a exigência de cabimento orçamental para efeitos de ocupação de 2 postos de trabalho da categoria em apreço (doc. 5 e 6), verificando-se, por conseguinte, estar preenchido o requisito da alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º que exige que “seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam”;

XLII. Uma vez preenchidos todos os requisitos exigidos nos números 2 a 6 do artigo 62.º, nas alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 47.º e nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 64.º, todos da Lei n.º 84-B/2014, compete ao órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, ou seja, à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a abertura de procedimento concursal destinado a todos os indivíduos;

XLIII. As categorias de Assistente Técnico correspondem a uma das carreiras do regime geral, prevista na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, efetuando-se o respetivo recrutamento mediante o disposto na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

XLIV. De acordo com o previsto no artigo 3.º da citada Portaria n.º 83-A/2009, os procedimentos concursais revestem a modalidade comum quando se destinam ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, do mapa de pessoal do Município de Paredes de Coura;

XLV. Compete à entidade que autoriza a abertura dos procedimentos concursais estabelecer o prazo de apresentação de candidaturas, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009.



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Paredes de Coura delibere, ao abrigo do disposto no artigo 32.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o seguinte:

- Submeter à Assembleia Municipal proposta de autorização de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de vínculos de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da categoria de Técnico Superior - um na área de tecnologias de informação para o Serviço Administrativo e Financeiro; um para a área de economia para a Divisão de Obras e Serviços Municipais), previstos no mapa de pessoal do Município de Paredes de Coura, destinados a candidatos que não possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido e com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis.

Paredes de Coura, 05 de fevereiro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal

(Vitor Paulo Pereira)

Junta: 6 documentos.

31/12/2013

Cálculo da dívida total

Receita corrente líquida 2013	8.174.731,73
Receita corrente líquida 2012	6.623.625,32
Receita corrente líquida 2011	6.738.073,94
	21.536.430,99

Média últimos 3 anos	7.178.810,33
1,5 x média	10.768.215,50

Dívida Autarquia 31/12/2013:

Empréstimos médio e longo prazos	6.463.266,23
Dívidas a fornecedores	451.563,59
Outros credores	1.033.183,30
Estado	48.518,82
Valor total	7.996.531,94
Operações de tesouraria	-518.254,37
Valor para efeitos dívida no Município	7.478.277,57
CIM	
ANMP	388,00
CIM	21.750,56
ADEMINHO	1.318.760,00
Total	8.819.176,13

31/12/2014 - artº 58º nº1 a)

Cálculo da dívida total

Receita corrente líquida 2014	8.664.862,28
Receita corrente líquida 2013	8.174.731,73
Receita corrente líquida 2012	6.623.625,32
	23.463.219,33

Média últimos 3 anos	7.821.073,11
1,5 x média	11.731.609,67

Dívida Autarquia 31/12/2014:

Empréstimos médio e longo prazos	5.909.818,90
Dívidas a fornecedores	88.431,08
Outros credores	1.135.461,16
Estado	81.581,38
Valor total	7.215.292,52
Operações de tesouraria	-570.568,71
Valor para efeitos dívida no Município	6.644.723,81
CIM	
ANMP	388,00
CIM	21.750,56
ADEMINHO a)	2.428.636,73
Total a)	9.095.499,10
ADEMINHO b)	1.619.091,15
Total b)	8.285.953,52

4 857 273 65 (valor provisório - comunicado por telefone em 04/02/2015)

A) - Considerando 50% passivo total Ademinho

B) - Considerando 33,33% do passivo total Ademinho

31/12/2014 - artº 58º nº1 b)

Cálculo da dívida total

Receita corrente líquida 2014	8.664.862,28
Receita corrente líquida 2013	8.174.731,73
Receita corrente líquida 2012	6.623.625,32
	23.463.219,33

Média últimos 3 anos	7.821.073,11
0,75 x média	5.865.804,83

Dívida Autarquia 31/12/2014:

Empréstimos médio e longo prazos	0,00
Dívidas a fornecedores	88.431,08
Outros credores	1.135.461,16
Estado	81.581,38
Valor total	1.305.473,62
Operações de tesouraria	-570.568,71
Valor para efeitos dívida no Município	734.904,91
CIM	
ANMP	388,00
CIM	21.750,56
ADEMINHO a)	2.428.636,73
Total a)	3.185.690,20
ADEMINHO b)	1.618.929,24
Total b)	2.375.972,71

857.273,48 (valor provisório)

a) - Considerando 50% passivo total Ademinho

b) - Considerando 33,33% do passivo total Ademinho

Remunerações efetivamente pagas a trabalhadores que saíram em 2014

Nº	Categoria	Rbase	Sub Natal	Sub Férias	Sub Refeição	Aj Custo	Pensão	ADSE	Sub Mensal Vital	Total Remun
12	Encarregado geral	9881,25	1232,98	2673,37	401,38	384,75	33,16	32,45	0	14639,34
16	Assistente Operacional	5391,5	449,29	2468,61	354,41		781,41	0	0	9445,22
80	Assistente Operacional	3996,44	592,22	2091,88	68,32		10,14	0	3235,68	9994,68
87	Assistente Operacional	4178,71	3481,15	1149,57	348,23		392,29	0	0	9549,95
		23447,9	5755,64	8383,43	1172,34	384,75	1217	32,45	3235,68	43629,19

Estimativa salarial para 2 técnicos superiores por um período de 4 meses

Categoria	Rbase	Sub Natal	Sub Férias	Sub Refeição	Aj Custo	Pensão	ADSE	Sub Mensal Vital	Total Remun
Técnico Superior	4805,92	401	401	362,95	0	0	0	0	5970,87
Técnico Superior	4805,92	401	401	362,95		0	0	0	5970,87
	9611,84	802	802	725,9	0	0	0	0	11941,74

Estimativa salarial para 2 técnicos superiores por um período de 12 meses

Categoria	Rbase	Sub Natal	Sub Férias	Sub Refeição	Aj Custo	Pensão	ADSE	Sub Mensal Vital	Total Remun
Técnico Superior	14417,76	1201,48	1201,48	1033,34	0	0	0	0	17854,06
Técnico Superior	14417,76	1201,48	1201,48	1033,34		0	0	0	17854,06
	28835,52	2402,96	2402,96	2066,68	0	0	0	0	35708,12

Analisando os dados acima verifica-se que a saída de 4 trabalhadores em 2014 (que não não estiveram a trabalhar o ano completo), representa uma diminuição real, em termos de salários, de cerca de 43 600 euros.

Assim, este valor permitirá a admissão de novos trabalhadores, sem aumento da despesa relativamente ao ano anterior.

Este valor possibilitará a admissão de 2 técnicos superiores, como se demonstra acima.

Editorial Recursos Humanos (OE)

Linda R. Hughes, MD

Quadro 1 - RVOE - Evolução do número de trabalhadores

PANDEES DE COURÇA

2014-01-25 09:13:15

1404 74 1200 SE

CC BY-NC-ND 4.0 International license

[illegible]

UD940V005018

ACOMPANHAMENTO ART.º 62º DO CE 2014

NOTA GERAL: O quadro apresenta, com o stock em cada período e as entradas e saídas acumuladas de imagens, vídeos, caso haja alteração do saldo inicial, devem ser alteradas as inputs de períodos anteriores (necessariamente da estimativa a 31/12/2014).

¹¹³ Nota no CAP a 26 Junho 2008, em virtude da multiplicação de submissões de submissões m. 113/08

Estudo sobre a percepção da administração criminal no Brasil e os efeitos locais

(1) Exatidão das informações e dos dados administrativos fornecidos.

(4) Para o presente estudo consideramos apenas os municípios municipais que se encontram sob influência dominante DIRETA do município.

Client


 McGraw-Hill

UNITED STATES
DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
WASHINGTON, D. C. 20535

0-7000-4199-9

[illegible]

Receita corrente 2012	6.623.625,32
Receita corrente 2013	8.174.731,73
Receita corrente 2014	8.664.862,28
	23.463.219,33
	7.821.073,11

	Totais
Despesas pessoal 2014	2.903.982,57
Aquisições serviços a pessoas singulares	39.644,38
	2.943.626,95

35% média receita corrente líquida	2.737.375,59
------------------------------------	---------------------

Diferença	206.251,36
-----------	-------------------



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

CÂMARA MUNICIPAL

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Técnico Superior

Orçamento para o ano de 2015		
C. O. Cap. -- 02 -- Divisão Administrativa e Financeira		
C. E. ----- 01 - Pessoal		
C. E. ----- 01 - Remunerações Certas e Permanentes		
C. E. ----- 04- Pessoal quadros -- Regime cont. indiv. trabalho		
C. E. ----- 04- Recrutamento novos postos trabalho		
1	Orçamento Inicial	15.000,00 €
2	Reforços / Anulações	0,00 €
3 = 1 + 2	Orçamento Corrigido	15.000,00 €
4	Despesas Pagas	0,00 €
5	Encargos Assumidos	0,00 €
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	15.000,00 €
7	Despesa Emergente, que cativa	4.805,92 €
8 = 6 - 7	Saldo Residual	10.194,08 €

----- O procedimento de admissão de um técnico superior tem cabimento na rubrica 02 01 01 04 04, tendo os respectivos encargos ficado cativos. -----

----- Paredes de Coura, 06 de Fevereiro de 2015. -----

A Técnica Superior



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

CÂMARA MUNICIPAL

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Técnico Superior

Orçamento para o ano de 2015

C. O. Cap. — 04 – Divisão de Obras e Serviços Municipais

C. E. — 01 - Pessoal

C. E. — 01 - Remunerações Certas e Permanentes

C. E. — 04- Pessoal quadros – Regime cont. indiv. trabalho

C. E. — 04- Recrutamento novos postos trabalho

1	Orçamento Inicial	10.000,00 €
2	Reforços / Anulações	0,00 €
3 = 1 + 2	Orçamento Corrigido	10.000,00 €
4	Despesas Pagas	0,00 €
5	Encargos Assumidos	0,00 €
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	10.000,00 €
7	Despesa Emergente, que cativa	4.805,92 €
8 = 6 - 7	Saldo Residual	5.194,08 €

----- O procedimento de admissão de um técnico superior tem cabimento na rubrica 04 01 01 04 04, tendo os respectivos encargos ficado cativos. -----

----- Paredes de Coura, 06 de Fevereiro de 2015. -----

A Técnica Superior

